

PODER

Pressão sobre Motta por projeto da anistia

Deputados estão na expectativa de um encontro, hoje, com o presidente da Câmara

» ISRAEL MEDEIROS
» MAIARA MARINHO

A oposição ao governo Lula inicia, hoje, um novo capítulo da ofensiva pela aprovação do projeto de lei para anistiar os golpistas do 8 de Janeiro. Na semana passada, o PL, partido do ex-presidente Jair Bolsonaro, havia ensaiado uma obstrução aos trabalhos da Câmara para mandar um recado ao presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), que estava em viagem à Ásia na comitiva do chefe do Executivo. Como o presidente da Câmara está de volta ao país, a expectativa é de que ele se reúna, nesta terça-feira, com os deputados favoráveis ao texto para negociar.

Os parlamentares de oposição vão se encontrar pela manhã para definir a estratégia de atuação desta semana. A reunião é habitual, mas depois de Bolsonaro ter sido declarado réu na semana passada, o tema passou a ser tratado como prioridade. Embora o ex-presidente não admita, ele poderia ser um dos principais beneficiados pelo projeto, já que é acusado de liderar um plano golpista que culminou no 8 de Janeiro.

Nas redes sociais, deputados bolsonaristas intensificaram as postagens sobre o tema, especialmente depois dos atos esvaziados da esquerda, no fim de semana, contra a anistia. “Com o retorno de Motta ao Brasil, vamos intensificar a pressão para que a anistia aos presos políticos do 8 de Janeiro seja tratada como prioridade absoluta. Já deixamos claro, na semana passada, que a minoria, o PL e a oposição estão em obstrução total até que esse tema receba a devida atenção e respeito que merece”, disse ontem a deputada federal Carol De Toni (PL-SC) em seu perfil no X. A cúpula bolsonarista também corre para tentar encontrar novos “personagens” para enriquecer a narrativa de que os extremistas do 8 de Janeiro foram vítimas de excessos por parte do Poder Judiciário.

A aposta era na cabeleireira Débora Rodrigues, responsável por pichar com batom a frase

Marina Ramos / Câmara dos Deputados



Parlamentares de oposição querem que Motta pautar o PL, para livrar os golpistas de punição

Acusações

A cabeleireira Débora Rodrigues é acusada de associação criminosa armada; abolição violenta do Estado Democrático de Direito; golpe de Estado; dano qualificado pela violência e grave ameaça, contra o patrimônio da União, e com considerável prejuízo para a vítima; e deterioração de patrimônio tombado.

“perdeu, mané” na Estátua da Justiça. Ao longo de várias semanas, Bolsonaro e aliados criticaram a prisão da extremista, por segundo eles, ter cometido um crime sem gravidade. Na última sexta, no entanto, o ministro Alexandre de Moraes concedeu prisão domiciliar à mulher. No STF, porém, há dois votos para condená-la a 14 anos de detenção — de Moraes e de Flávio Dino. O julgamento foi suspenso por um pedido de vista.

“Infelizmente, Débora não é um caso isolado. Existem muitas outras Déboras. Muitas outras mães afastadas arbitrariamente de seus filhos. Muitas jovens com a vida interrompida, não por crime algum, mas pelo desejo de vingança de Alexandre de Moraes”, escreveu Bolsonaro, ao compartilhar uma

foto de outra mulher, enrolada em uma bandeira do Brasil, que, segundo ele, teria sido presa injustamente por participar do 8 de Janeiro.

O líder do PL na Câmara, Sós-tenes Cavalcante (PL-RJ), disse ontem que o partido entrou com uma representação na Procuradoria-Geral da República (PGR), no fim de semana, para pedir a reavaliação da prisão dos detidos por causa do 8 de Janeiro. “Não é apenas uma medida técnica. É um clamor por justiça. Se houve erro com Débora, é dever da República corrigi-lo para todos”, argumentou, em seu perfil no X.

O motivo da prisão domiciliar, no entanto, não foi um “erro”. Moraes entendeu que Débora já cumpriu quase 25% de uma possível pena pelos crimes aos quais responde.

Governistas reagem

De outro lado, os líderes do governo e do PT no Congresso trabalham para que a pauta não avance. O líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (PT-RJ), questionou o que chamou de “hipocrisia” da extrema-direita. “Sempre defenderam endurecimento de pena, tortura e ditadura. Agora questionam penas ‘excessivas’ para os golpistas e clamam por ‘direitos humanos’ de que eles tanto desdenhavam. (...) Bolsonaro não está nem aí para Débora ou para as ‘senhorinhas com a Bíblia’. Ele nunca foi um humanista. Vide o genocídio e insensibilidade na pandemia. O que ele quer com esse PL é salvar a própria pele”, escreveu no X.

No Senado, o líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP), afirmou que “a anistia para aqueles que tentaram dar um golpe de Estado, em um regime democrático, os faz retornar para implementar os golpes de Estado e depois conseguir concretizar a morte de brasileiros”.

Nova data para julgar militares

» LUANA PATRIOLINO

Sergio Lima / AFP



Ataques do 8/1 foram estimulados pelos golpistas, segundo a PGR

Outros réus

Também viraram réus na ação os ex-ministros Walter Braga Netto, Augusto Heleno, Paulo Sérgio Nogueira e Anderson Torres; o deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ), ex-presidente da Abin; o ex-comandante da Marinha Almir Garnier; e o tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens da Presidência.

para pressionar o Alto Comando das Forças Armadas a aderir ao plano antidemocrático.

Nessa fase processual, o colegiado apenas examina se a denúncia atende aos requisitos legais, ou seja, a Turma avaliará se a acusação trouxe

elementos suficientes para a abertura de uma ação penal contra os acusados.

O julgamento do núcleo três estava previsto inicialmente para 8 e 9 de abril. Até o momento, somente a denúncia contra o chamado “núcleo crucial” foi julgada.

Saiba mais

Próximos julgamentos

Núcleo dois — 29 e 30 de abril

Núcleo quatro — 6 e 7 de maio

Núcleo três — 20 e 21 de maio

Por unanimidade, os ministros decidiram tornar réus o ex-presidente Jair Bolsonaro e sete aliados por tentativa de golpe.

A denúncia contra Bolsonaro foi aceita por unanimidade pela Primeira Turma do STF. O ex-presidente é apontado pela PGR como “o líder da organização criminosa” que tramou para derrubar a democracia. A data do julgamento do caso, porém, ainda não foi marcada.

Já a denúncia do núcleo dois, acusado de “gerenciamento de ações”, será julgada em 29 e 30 de abril. O grupo é composto por seis acusados de organizar ações para “sustentar a permanência ilegítima” de Bolsonaro no poder em 2022.

Para 6 e 7 de maio, está prevista a análise do núcleo quatro. Segundo a Procuradoria, os acusados dessa ala organizaram ações de desinformação para disseminar notícias falsas sobre o processo eleitoral e ataques virtuais às instituições democráticas e autoridades.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br

Maurenilson Freire



Lula destaca 40 anos de democracia ao lembrar golpe de 1964

Desde a redemocratização, há 40 anos, foi tão importante lembrar o golpe de 1964. Embora nossas instituições democráticas tenham revelado resiliência ao debelar a intentona de 8 de janeiro de 2023, o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) dos envolvidos na conspiração golpista, entre os quais o ex-presidente Jair Bolsonaro, três generais de Exército e um almirante de esquadra, não é um tema pacífico no Congresso Nacional, mesmo tendo sido um dos palácios invadidos e depredados por bolsonaristas inconformados com a eleição do petista.

As articulações para aprovação de uma anistia aos envolvidos, o que inclui o ex-presidente Jair Bolsonaro, que está ilegítimo, são a comprovação de que o passado sombrio precisa ser levado em conta no presente. Foi o que fez o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ontem, sem alimentar ressentimentos em relação às Forças Armadas, que foram fundamentais para que fracassasse a tentativa de o destituir, uma semana após a posse.

“Hoje é dia de lembrarmos da importância da democracia, dos direitos humanos e da soberania do povo para escolher nas urnas seus líderes e traçar o seu futuro. E de seguirmos fortes e unidos em sua defesa contra as ameaças autoritárias que, infelizmente, ainda insistem em sobreviver”, escreveu Lula no seu perfil do X.

“Não existe, fora da democracia, caminhos para que o Brasil seja um país mais justo e menos desigual. Não existe um verdadeiro desenvolvimento inclusivo sem que a voz do povo seja ouvida e respeitada. Não existe justiça sem a garantia de que as instituições sejam sólidas, harmônicas e independentes”, acrescentou.

Lula completou: “Nosso povo, com muita luta, superou os períodos sombrios de sua história. Há 40 anos, vivemos em um regime democrático e de liberdades, que se tornou ainda mais forte e vivo com a Constituição Federal de 1988. Esta é uma trajetória que, tenho certeza, continuaremos seguindo. Sem nunca retroceder.”

“Lembra-vos de 64”, perdão pelo trocadilho com o título do livro de Ferdinando Carvalho sobre a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), publicado pela Biblioteca do Exército, em 1981, mas é o caso. O general é autor de mais duas obras sobre o mesmo tema, porém ficcionais: *Os Sete Matizes do Rosa* e *Os Sete Matizes do Vermelho*, ambos de 1977.

Seus livros até hoje alimentam o discurso de ódio dos saudosistas do regime militar, principalmente aqueles que tomaram de assalto o Palácio do Planalto, o Congresso e o Supremo com objetivo de provocar uma intervenção militar e destituir o presidente Lula. Carvalho escreveu *Lembra-vos de 35* (Biblioteca do Exército) com o objetivo de conter a abertura política durante o governo do general João Baptista Figueiredo, com a anistia de 1979 e o restabelecimento das eleições diretas para governadores, marcadas para 1982.

Radicalização política

Enfraquecido na Presidência pelo avanço da oposição, que vencera as eleições proporcionais de 1974 e 1978, Figueiredo era desafiado pelos porões do próprio regime militar, de onde partiam os atentados terroristas em bancas de jornais, gráficas, até contra a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), que clamavam por democracia e liberdade.

A disposição dos militares envolvidos com sequestros, torturas e assassinatos de opositores nos quartéis, que também haviam sido beneficiados pela anistia, não tinha limites. Até que deu errada a ação terrorista promovida por membros do DOI-Codi e setores da linha dura militar em 30 de abril de 1981.

Durante um show de MPB com 20 mil pessoas, no Rio Centro, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, uma bomba explodiu acidentalmente em um veículo, matou um sargento e feriu um capitão do Exército, enquanto outro artefato, posicionado no gerador, não foi detonado.

O caso expôs divisões nas Forças Armadas e intensificou o movimento por mudanças democráticas. A imprensa teve um papel fundamental na denúncia de abusos e na luta pela verdade histórica durante a transição, sua atuação na cobertura desse atentado é um marco do jornalismo brasileiro.

Alguns jovens cadetes e oficiais influenciados àquela época pelas obras de Carvalho voltariam ao poder com a eleição de Jair Bolsonaro (PL) à Presidência, em 2018, entre eles o ex-ajudante de ordens do general Sílvio Frota e general de Exército Augusto Heleno, ex-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência, com destacada liderança militar.

A matéria-prima dos livros de Carvalho é o Inquérito Policial Militar (IPM) nº 7.098 (1964-1966), do qual foi responsável, para apurar as atividades do PCB no território nacional. Muito do que a direita ideológica brasileira fala hoje sobre a esquerda no Brasil reproduz suas teses.

É importante a reflexão sobre 1964 para que os fatos não se repitam como tragédia, ou seja, para que outra tentativa de golpe não tenha êxito. A radicalização política àquela ocasião era protagonizada pela direita e pela esquerda. As tentativas de encontrar uma saída para o impasse, de parte de líderes moderados como San Thiago Dantas e Tancredo Neves, fracassaram. Eis um bom tema para reflexão.